



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 05615/18

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 – PRESIDENTE DE CÂMARA DE VEREADORES – ORDENADOR DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93. Regularidade com Ressalvas das Contas. Atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Recomendações.

ACÓRDÃO APL – TC 00252/18

O **Processo TC 05615/18** trata da Prestação de Contas apresentada pelo Sr. **Francisco Martins da Nobrega**, Presidente da **Câmara Municipal de Areia de Baraúnas**, relativa ao **exercício financeiro de 2017**.

O Órgão Técnico desta Corte, após analisar os documentos que instruem o presente processo, elaborou o relatório prévio da prestação de contas em exame, fls. 134/137, com as observações a seguir resumidas:

- 1) A presente análise foi efetivada com base nos dados, documentos e informações enviados pelo Gestor por meio do Portal Eletrônico.
- 2) As transferências recebidas totalizaram o valor de R\$ 679.200,00e a Despesa Orçamentária ficou no patamar de R\$ 679.062,14, não havendo excesso ao limite legal.
- 3) A Despesa total do Poder Legislativo atingiu 6,97% do somatório da receita tributária e das transferências recebidas, cumprindo o art. 29-A da Constituição Federal.
- 4) A Despesa com Folha de Pagamento de Pessoal do Poder Legislativo atingiu 58,82% das transferências recebidas, cumprindo o art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.
- 5) O Balanço Financeiro não apresenta saldo para o exercício seguinte.
- 6) Não houve pagamento em excesso dos subsídios dos vereadores e do Presidente da edilidade.
- 7) Os gastos com Pessoal do Poder Legislativo Municipal corresponderam a 4,82% da Receita Corrente Líquida, situando-se dentro do limite



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 05615/18

estabelecido na LRF.

- 8) As obrigações patronais efetivamente pagas situaram-se no patamar de R\$ 89.830,49.
- 9) Não houve registro de denúncias ocorridas no exercício de 2017.
- 10) Não foi realizada diligência *in loco*.

Ao final, a Auditoria destacou como única irregularidade a realização de despesas com justificativas de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem amparo na legislação, relativamente à contratação de serviços contábeis e advocatícios. Após apresentação de defesa por parte do gestor responsável, fls. 170/172, foi emitido o relatório de fls. 176/179, no qual foi mantida a falha inicialmente verificada.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público de Contas, mediante o Parecer n.º 385/18, subscrito pelo Procurador Márcilio Toscano Franca Filho, fls. 182/186, opinou pelo:

1. Julgamento **REGULAR COM RESSALVAS das Contas** do ex-Presidente da Câmara Municipal de Areia de Baraúnas, Sr. Francisco Martins da Nóbrega, referente ao exercício 2017;
2. **APLICAÇÃO DE MULTA** ao ex-gestor, Sr. Francisco Martins da Nóbrega, com fulcro no artigo 56 da LOTCE;
3. **RECOMENDAÇÃO** à atual gestão da Câmara Municipal de Areia de Baraúnas no sentido de estrita observância às normas constitucionais e infraconstitucionais, e quanto à gestão geral, não incorrer na falha/irregularidades haurida e confirmada pela Auditoria neste álbum processual, sob pena de repercussão negativa em prestações de contas futuras.

O Processo foi agendado para a presente sessão.

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR

Conclusos os autos, passo a tecer as seguintes considerações acerca da irregularidade remanescente:

- No que concerne à realização de despesas com justificativa de inexigibilidade sem aparo na legislação, depreende-se, dos autos, que a eiva em tela corresponde à realização de procedimento de Inexigibilidade de licitação para contratação de assessorias contábil e jurídica sem atendimento dos requisitos exigidos pelo art. 25 da Lei 8.666/93. Não há, nos autos, questionamentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 05615/18

acerca da não realização dos serviços contratados, e o Tribunal tem aceito tais contratações através de processo de inexigibilidade. Por esta razão, entendo que, no presente caso, a única eiva evidenciada pela Auditoria não possui o condão de macular as presentes contas. Cabíveis, no entanto, recomendações à atual Gestão da Câmara Municipal de Areia de Baraúnas no sentido de evitar a sua repetição em exercícios futuros;

Feitas estas considerações, considerando os relatórios técnicos encartados ao feito e o mais que dos autos consta, VOTO no sentido de que este Tribunal de Contas:

1. Julgue **REGULARES COM RESSALVAS** as Contas apresentadas pelo Sr. Francisco Martins da Nóbrega, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Areia de Baraúnas, relativa ao exercício financeiro de 2017.
2. Declare o **ATENDIMENTO INTEGRAL** pelo referido Gestor às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, relativamente àquele exercício.
3. **RECOMENDE** à atual gestão da Câmara Municipal de Areia de Baraúnas no sentido de manter estrita observância às normas constitucionais e infraconstitucionais, e quanto à gestão geral, não incorrer na falha haurida e confirmada pela Auditoria neste álbum processual, sob pena de repercussão negativa em prestações de contas futuras.

É o voto.

DECISÃO DO PLENO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 05615/18, referente à Prestação de Contas apresentada pelo Sr. **Francisco Martins da Nóbrega**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Areia de Baraúnas, relativa ao exercício financeiro de 2017; e,

CONSIDERANDO que foram evidenciados eletronicamente os documentos que compõem as presentes contas junto a este Tribunal, e que tal registro está em consonância com os Princípios da Transparência e da Publicidade,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 05615/18

que estabelecem a ampla divulgação dos atos de gestão para controle e acompanhamento por parte da sociedade civil;

CONSIDERANDO, o Relatório e o Voto do Relator, o Parecer do Ministério Público junto a esta Corte, e o mais que dos autos consta;

ACORDAM os Conselheiros do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAIBA**, na sessão realizada nesta data, à unanimidade, em:

1. Julgar **REGULARES COM RESSALVAS** as Contas apresentadas pelo Sr. Francisco Martins da Nóbrega, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Areia de Baraúnas, relativa ao exercício financeiro de 2017.
2. Declarar o **ATENDIMENTO INTEGRAL** pelo referido Gestor às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, relativamente àquele exercício.
3. **RECOMENDAR** à atual gestão da Câmara Municipal de Areia de Baraúnas no sentido de manter estrita observância às normas constitucionais e infraconstitucionais, e quanto à gestão geral, não incorrer na falha haurida e confirmada pela Auditoria neste álbum processual, sob pena de repercussão negativa em prestações de contas futuras.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.
TC - PLENÁRIO MINISTRO JOÃO AGRIPINO

Assinado 11 de Maio de 2018 às 07:45



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 10 de Maio de 2018 às 16:20



Cons. em Exercício Antônio Cláudio Silva Santos
RELATOR

Assinado 10 de Maio de 2018 às 16:41



Luciano Andrade Farias
PROCURADOR(A) GERAL